

1
9
6
2

II SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA



FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

ANAIS

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE AS PESQUISAS CONCERNENTES AO TEMA PROPOSTO, PARTICULARMENTE NO CAMPO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA E DO BRASIL

EREMILDO VIANNA (*)

GUY DE HOLLANDA (**)

A — CONSIDERAÇÕES GERAIS

A relevância do tema proposto dispensa maiores comentários, embora nos pareça que, devido à divulgação tardia do mesmo, poucos historiadores terão a oportunidade de apresentar trabalhos de pesquisa original, exceção feita daqueles que já as estavam realizando anteriormente. Por outro lado, haverá uma forçosa heterogeneidade e dispersão das monografias ou comunicações apresentadas, porque não houve maior especificação do temário. É verdade que, além de oferecer mais amplas oportunidades de escolha aos autores, permitirá verificar, **grosso modo**, as tendências atuais da pesquisa histórica brasileira com respeito à **propriedade e o uso da terra**. O fruto mais fecundo do Simpósio, ao nosso ver, será o possível planejamento, numa escala nacional, de investigações históricas sobre o tema. Julgamos que os historiadores brasileiros devem, quanto antes, contribuir para o conhecimento o mais exato possível do processo sócio-econômico, cuja compreensão é indispensável a reformas sociais, como a agrária. Evidentemente, não pretende o historiador usurpar a função do cientista social. Mas, é tempo de que saia do seu esplêndido isolamento e procure a integração de suas pesquisas em projetos interdisciplinares, dos quais tanto carecemos. O tema em aprêço evidencia tal necessidade. Partindo da premissa de que devemos, pelo menos nos próximos decênios, dar prioridade ao estudo do Brasil e dos tempos atuais, o que não se confunde com um imediatismo rasteiro, os estudos históricos relativos à propriedade e ao uso da terra, deveriam versar sobre:

a) Os antecedentes medievais e suas sobrevivências.

Não é possível, nos dias de hoje, deixar de nos atermos aos ante-

(*) Catedrático de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

(**) Docente-Livre de História da América, da Fac. de Fil. da Univ. do Brasil.

cedentes medievais e suas sobrevivências, ao se estudar, nas diversas regiões do Brasil, as questões relativas à propriedade e ao uso da terra. Várias razões militam em favor da tese, eis que, se a legislação aplicada pela metrópole à colônia foi idêntica em diversas regiões, a população variou na sua origem, o que trouxe modificações ponderáveis à maneira de encarar a propriedade e usar a terra.

Na realidade, é impossível estudar-se os problemas da terra sem tomar em consideração o tipo do colono, o estatuto da terra a que estava submetido no país de origem, ou melhor, a tradição medieval a que se condicionava o uso da terra e como era considerada a propriedade sob as diversas formas.

Sabemos que, durante o período de formação e desenvolvimento, o Brasil recebeu colonos e emigrantes de regiões diversas da Europa, da África e do Médio e Extremo Oriente. Daí a necessidade em se tomar, preliminarmente, contacto com um total espacial que, “em matéria de colonização rural, é essencial” (Higounet. *Le problème économique: l'église et la vie rurale pendant le très haut moyen âge*).

No total espacial, devem ser considerados não só regiões mas tipos de implantação de estabelecimentos leigos e religiosos. Não é possível deixar, ainda, de considerar, tanto quanto possível, os recenseamentos medievais e de épocas posteriores para que se tenha uma idéia do fluxo de população e de sua mobilidade no total espacial, a fim de que se possa ter idéia de conjunto sobre a densidade de população e a utilização maior ou menor do espaço. Assim se pode ter, quanto ao aspecto econômico da terra, também a possibilidade de distinguir entre a utilização da terra urbana e rural, conhecendo-se, tanto da parte do elemento leigo quanto do religioso, a criação do núcleo agrário e os fundamentos de sua exploração.

Outro ponto que deve ser tomado em consideração é a influência de elementos materiais e espirituais que possam ter concorrido para a formação do núcleo agrário, assim como do urbano.

Não pode o historiador dedicado ao estudo da propriedade e do uso da terra no Brasil, deixar de examinar os diversos sistemas de exploração consagrados nas cartas de libertação das Cidades, bem como nas concessões feitas pelos senhores em relação aos territórios rurais. Vale dizer que isto permitirá penetrar-se no sistema de exploração da terra, bem como nos processos de repartição da mesma. Assim, se poderá perceber a que regimes territoriais estará submetida uma população, seja durante o período dominical, senhorial ou de outras formas que possam apresentar as estruturas campesina e urbana. Isto dará, pois, a possibilidade de se verificar diferenças entre gôzo da terra, seja através do tipo de exploração direta ou indireta, assim como a diversificação de formação agrária das populações medievais e modernas.

Por outro lado, não é possível desprezar a repartição dos modos de fazer valer através das representações cartográficas, onde poderão ser conhecidas as repartições dos aludidos modos de fazer valer, sem perder de vista as correlações denunciadas pela dita repartição. A par disto, e para melhor se compreender a contribuição da população que se instalou no Brasil, e as verdadeiras etapas por que passou a propriedade e a terra em geral, é indispensável fazer o estudo das técnicas empregadas pelo grupo no seu habitat e tanto quanto possível relacioná-las com a restauração da paisagem em que viveram, no período medieval ou em diferentes épocas; o que virá possibilitar a compreensão de fatos ou acontecimentos que tenham tido por quadro contemporâneo as referidas paisagens.

Fundamental, ainda, será então estudar a mentalidade do grupo nos seus múltiplos aspectos, para se sentir através de suas atitudes a maneira de agir sobre a terra explorada e o conceito que faziam dessa exploração como base de sua vida. Dêste modo será possível, também, penetrar na maneira pela qual os hábitos agrícolas se podem ter radicado, para serem transmitidos a outras regiões em que colonos ou emigrantes se tenham instalado. Paralelamente, se poderá estudar e melhor compreender o costume e a legislação que sobre a propriedade foram aplicados, moldando e regulando seu uso.

Através dos princípios indicados será possível determinar transmissões de técnicas, de sistemas de exploração, de mentalidades, revelando continuidades, adaptações ou cortes na propriedade e uso da terra no Brasil por populações que os trouxeram de seus países de origem. Poderemos, pois, melhor compreender aspectos até então não entendidos, no tocante à propriedade e uso da terra no Brasil. Não será demasiado advertir que se deverá proceder à pesquisa, em sentido profundo. Melhor será fazê-la, no Brasil, por meio de regiões em que se há de dividir todo o País, estudando-se cidades e vilas, e outros espaços, partindo-se, de imediato, da natureza e origem da população para se poder traçar uma carta geográfica, em que há de se poder colocar o tipo de propriedade e de uso da terra.

Assim se poderá, por comparação, aplicando-se normas antes assinaladas, não somente tomar contacto com as origens das populações que emigraram para o Brasil, mas também verificar o que transmitiram ao usar a terra, o que dela receberam e, enfim, compreender integralmente como o uso da própria terra foi feito e as verdadeiras transformações da fisionomia da propriedade.

b) O processo histórico brasileiro e sua inserção no mundo atual.

Passamos a sugerir algumas indicações metodológicas a respeito do segundo item, numa perspectiva ampla da História, portanto não restrita ao âmbito da história meramente nacional.

B — A PROPRIEDADE E O USO DA TERRA NA HISTÓRIA DA AMÉRICA E DO BRASIL: PRINCIPAIS ASPECTOS METODOLÓGICOS.

Não basta averiguar as origens européias da estrutura econômica e social do Brasil ou de outro país americano. Precisam ser estudadas, durante todo o chamado Período Colonial, as conexões entre as regiões americanas e suas metrópoles européias. Até agora, a "História social y económica de España y América", dirigida por Jaime Vicens Vives, vem a ser uma tentativa pioneira (sujeita a sérias críticas, quanto ao método e à informação) no gênero. No entanto, os capítulos dos diversos autores **justapõem**, não integram, as partes respectivamente consagradas à Espanha e à América Espanhola. Muito valiosa seria uma obra análoga para o Brasil, mesmo que servisse apenas de um ponto de partida provisório. No caso brasileiro, o entrosamento da história econômica e social da colônia com a metropolitana exigiria um horizonte geográfico; que não se limitaria ao Brasil e Portugal, porém, incluiria áreas africanas e asiáticas, então partes integrantes do império colonial português. Por sua vez, essa história luso-brasileira não pode ser isolada da de outras nações européias e regiões americanas, como, por exemplo, a Inglaterra e o Rio da Prata *mutatis mutandi*, o mesmo se pode dizer de outras regiões da América Colonial. Tratando-se do Período Independente, como prescindir da análise das relações entre a nossa economia e a dos países das quais têm dependido em grande parte? Não se há de negar que a propriedade e o uso da terra integram um processo sócio-econômico, no qual influem poderosamente os fatores da economia internacional. Aliás, o que é flagrante nos dias de hoje, até para o homem do povo, foi também uma realidade desde os primeiros anos da colonização portuguesa, embora mais dissimulada. Será, no entanto, suficiente o estudo do processo evolutivo sócio-econômico? Tudo indica a necessidade de complementá-lo por pesquisas de história comparada. Na América, para não falar de outros continentes, houve, e há, fenômenos sócio-econômicos análogos, que se deram em áreas descontínuas, freqüentemente com origens e desenvolvimento independentes uns dos outros. Impõe-se, portanto, a sua comparação sistemática para melhor compreensão de todos e, conseqüentemente, dos que interessa a esta ou àquela história nacional. Algo já se esboçou, menos aliás, por historiadores do que por antropólogos e sociólogos, no tocante à *plantation*. Quase tudo está por se fazer, sob êsse ponto de vista, no que diz respeito ao tema proposto para o Simpósio.

Vejamos agora um problema com o qual se depara mais de uma vez o historiador social. As fontes escritas nem sempre lhe fornecem os dados necessários ao conhecimento de estruturas sócio-econômicas, associadas a técnicas, freqüentemente de longa permanência. Terá que recorrer forçosamente à suplementação de tal carência informativa dos documentos da própria época, pela observação direta dos fenômenos integrantes de estruturas atualmente existentes, desde que homólogas, parcial ou totalmente das do passado. Mas, não o poderá fazer empiricamente, como tem sido a regra entre nós, seja observan-

do pessoalmente, ou baseando-se em leituras de observadores sem treino científico. Longe de comprazer-se nas diferenças de seus métodos e campos de estudos, com não rara autocomplacência, historiadores e cientistas sociais precisam imperiosamente travar melhor conhecimento dos que não lhes são próprios. O desejável seria o incremento das pesquisas interdisciplinares que os associassem, pois o que se tem feito até o presente — e é muito pouco —, é quando muito encarregar um historiador de proporcionar dados históricos a cientistas sociais. O tema da propriedade e uso da terra daria ensejo a um projeto pioneiro de pesquisas interdisciplinares, no qual poderiam associar-se historiadores, geógrafos, economistas, especialistas da ciência política, da história do direito e das instituições, antropólogos e sociólogos. Poderiam encarar-se regiões do Brasil, cujo estudo seria confiado a diversos grupos, sem prejuízo de uma coordenação geral.

Provavelmente um dos aspectos mais árduos da pesquisa histórica relativa aos fenômenos sócio-econômicos é o da história das instituições, pois seus especialistas, no que diz respeito à América Espanhola e ao Brasil, costumam a se desvencilhar da visão jurídica, que nem sempre se dá conta do afastamento da realidade para com as leis, que a disciplinam. No caso do Direito “Indiano”, apesar dos progressos realizados ultimamente, a maioria dos estudiosos se esquece da distância entre as suas disposições e aplicação. Olvidam o importante papel (no século XVI sobretudo) da resistência legal ao cumprimento da lei inexequível, ou assim considerada pelos interessados. Não se lembram de que muito se respeitaram os usos tradicionais, como o comprovam freqüentes ressalvas da *Recopilación*, mesmo depois de firmar um preceito legal. No Brasil Colonial, os processos civis e criminais esclarecem muitos pontos da verdadeira estrutura administrativa, que, em vão, buscaríamos em outras fontes. Mesmo com o advento de codificações e códigos, permaneceram as distâncias entre a legislação e a realidade. Disto todos sabem.

CONCLUSÕES

Vê-se que é indispensável a quaisquer pesquisas sôbre o tema, remontar aos antecedentes medievais, especialmente, da Península Ibérica para se conhecer as origens e desenvolvimento do processo brasileiro, a fim de melhor compreender as instituições e sua inserção no mundo atual.

Além disto, deve ser recomendado, em particular, o entrosamento dos estudos relativos ao processo brasileiro com os que vêm sendo realizados sôbre o processo ibérico no tocante à propriedade e ao uso da terra. Recomenda-se, enfim, que seja organizado um grupo de trabalho que se devote à pesquisa no sentido indicado, devendo para tanto valer-se dos Núcleos Regionais, bem como encarar a possibilidade de estreita colaboração com o Centro Latino Americano de Ciências Sociais e organismos como a SUDENE e outros congêneres.

METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS ABOUT THE STUDY OF LAND PROPERTY AND USAGE

S U M M A R Y

The authors think that the Brazilian historians should contribute to the knowledge of the social economical process of the Brazilian society, emphasizing the problems of modern times and integrating their researchs in interdisciplinary prospects. Consequently historical studies concerning the use of land should deal with:

a) medieval fundamentals and its survivals.

Brazil received colonists and immigrants from several parts of Europe, Africa, and the Middle and Far East; thus the necessity for

1) preliminary exploring of the spatial whole;

2) to examine the different systems of exploitation of lands adopted by the liberation Charters of the towns as well as the grants of land concerning rural areas given by the lords;

3) the study of the repartition of the methods of evaluation through cartographical representation;

4) the study of the different stages of the properties as well as the study of the techniques of the group, its habits related with the restoration of the surroundings in which the group lived;

5) the study of the mentality of the group in its various aspects specifying the transmissions of techniques of the system of exploitation of the land, showing continuity, adaptation or reductions in the property and use of land in Brazil, by populations who brought these techniques from their native countries.

b) The Brazilian historical process and its insertion in the present world.

It is not enough to find out the European origins of the economical and social structure of Brazil. It is necessary to study the connexions between the American regions and their metropolis during the colonial period and the relations between the Brazilian economy and those of the countries on which it depends. These should be complemented with comparative studies.

INTERVENÇÕES

Do Prof. Herculano Torres Cruz:

Sugere a organização de planos de pesquisa em cada região ou núcleo regional, de forma a tornar possível o planejamento, em escala nacional de investigações históricas da importância do tema do atual Simpósio — uso e propriedade da terra — abrangendo essa planifica-

ção a parte a), do trabalho dos professores Eremildo Vianna e Guy de Holanda e a parte b), de forma a que se faça um completo levantamento de dados e materiais sobre os antecedentes medievais e suas sobrevivências e sobre o processo histórico brasileiro e sua inserção no mundo atual.

Seria, talvez, possível, através de um questionário, a ser oferecido — e mesmo organizado pelos núcleos regionais — estabelecer um projeto em que se integram a participação do pesquisador de História em projetos interdisciplinares, de forma a tornar exequível por um maior número de pessoas, as pesquisas sobre o tema e suas fontes.

Esse questionário que de forma alguma poderia ser rígido e imutável, solicitaria informações às fontes diretas, sendo esses dados assim e por outros meios coletados usados pelos núcleos ou por um grupo de pesquisadores que se encarregariam de proceder ao trabalho de síntese, da sua utilização para futuras comunicações à reuniões de historiadores como esta.

Do Prof. Pedro Freire Ribeiro:

Achou de grande oportunidade a apresentação do trabalho e que em todas as reuniões de historiadores deve haver pelo menos um tema metodológico. Os historiadores não estão ainda muito seguros de seus métodos, para dispensar a análise dos problemas metodológicos.

Solicita esclarecimentos sobre o conceito de “total espacial” que julga não haver ficado claro na comunicação.

Tece considerações sobre o emprêgo indevido da terminologia marxista e, finalmente, diz achar de utilidade a realização também de um estudo comparativo entre as situações americanas no que se refere à posse da terra e ao seu uso. Há muita semelhança e há muita divergência, e por isso mesmo o estudo do seu conjunto seria útil.

Do Prof. José Ernesto Ballstäedt:

Refere que o problema de libertação das cidades na América é diferente que na Europa. Exemplifica como o caso da fundação de Vila Rica que representou a independência de Cortez e de todos os seus comandados, mas ao mesmo tempo significou a sujeição indígena ao domínio dos espanhóis. Diz ainda que na parte referente à história da América predominou um ponto de vista europeizante, não se levando em conta as instituições indígenas

Finalmente, referiu-se à questão das leis e à sua aplicação na América colonial.

Da Profa. Olga Pantaleão:

Considera necessário, no desenvolvimento do estudo do tema proposto, diferenciar o problema da propriedade do problema do uso

da terra. Isto é indispensável sobretudo ao se considerarem as influências que possam ter contribuído para o estabelecimento de tal ou tal regime de propriedade ou de sistemas de exploração da terra e de técnicas diferentes.

Também, além do estudo dos antecedentes medievais, parece necessário o estudo de aspectos existentes em épocas mais modernas.

Há que considerar ainda o fato de que o imigrante, muitas vezes, teve de adaptar-se às situações existentes no Brasil, mormente no que respeita ao sistema de propriedade e ao regime de exploração da terra.

Do Prof. Eduardo d'Oliveira França:

Registra a oportunidade do trabalho, uma vez que nada mais adequado do que a propositura de problemas de ordem metodológica, e, sobretudo uma problemática em torno dos procedimentos para o estudo da terra e de seu uso no tempo.

Propõe um reparo. Encontramos em destaque a recomendação do estudo dos antecedentes medievais. Justo. Justo, quando se indagam as raízes. Todavia, omitem-se os séculos fecundos da criação das estruturas agrárias do Brasil, — os séculos XVI, XVII e XVIII — quando aquelas linhas medievais se decompõem progressivamente. E quando não se trata mais, a rigor, de antecedentes, mas de coincidentes. Ou melhor: há que considerarem-se os fenômenos nas suas configurações variáveis no tempo e no espaço. No tempo, a retraçarem-se as sucessões, as mudanças. No espaço, a surpreenderem-se semelhanças e contrastes. Essas duas coordenadas se cruzam. Há uma experiência metropolitana, isto é, em outro espaço. Ela flutua, e nós acompanhamos no tempo a essas flutuações, a configurarem-se deramos de influências. Ao mesmo tempo — ou em outras palavras — a experiência metropolitana do século XVII coexiste com a experiência do Brasil. Comunicam-se na mesma época, sendo realidades contemporâneas. Realidades que mudam em sucessão de um para outro século. E que antecedem, por isso mesmo, umas às outras, e que resultam antecedentes da realidade atual. Não compreende seu esquecimento — quando são lembradas raízes medievais longínquas.

Uma segunda observação: O título do trabalho é “Metodologia”. Certo, a metodologia aparece e com freqüência. Mas, em seu conjunto, o trabalho é antes, um roteiro. Um planejamento de rumos e campos de pesquisa. Uma temática. Na consideração de uma área de investigação pode-se cogitar do que ver, e do como ver. A metodologia cogita dêste segundo conjunto de problemas. Das maneiras de fazer. Dos procedimentos. Dos primeiros cogitam os planejamentos. De resto, um “momento do método”. A metodologia cogita das técnicas e vias de acesso às realidades que se estudam.

Nota a oportunidade da análise dos processos de transmissões, de adaptações e de cortes — usando outra expressão. Vale dizer a con-

sideração dos mecanismos de continuidades, de inovações, de rupturas dos elementos estruturais. Uma propositura fecunda, se aproveitada, a suprirem-se as abordagens estáticas, descritivas de momentos dados. E ainda parecem bem lembrados, pelas perspectivas que se abrem, as proposições metodológicas — essas sim — sobre a utilização da cartografia, a consideração da paisagem como ponto de partida — paisagem atual naquele sentido fecundo apontado por Marc Bloch ao estudar as estruturas agrárias da França — o estudo da evolução tecnológica com seus problemas, a necessidade de se buscar compreensão pela reconstituição das mentalidades, bem como os alargamentos de penetração que se abrem com as técnicas da História Comparada, e os estudos feitos em bases interdisciplinares. Acentua a importância do estudo da paisagem — não só para se lograrem restaurações de seus caracteres no passado, mas ainda e principalmente para o levantamento das sucessões de paisagens. Isso poderá ser ajudado pela utilização de cadastros atuais, para ulteriores recomposições dos quadros que os antecedem.

Retomando o planejamento e as sugestões metodológicas, lembra alguns elementos que merecem relevo. Crê na importância dos levantamentos estatísticos — com base essencial em documentação existente, embora limitada — as cartas de sesmarias e os inventários, levantamentos que não de anteceder quaisquer tentativas de mapeamento. Este é indispensável como representação de realidades. Precedido ainda de datações que permitam, pela definição das cronologias, a reconstituição dos ritmos dos apossamentos das terras e as mudanças que nelas possam ocorrer.

Importante parece ainda o procedimento analítico. A análise da legislação, em especial das cartas de forais, êsses conjuntos de disposições que sendo essencialmente urbanas, resultam esclarecedoras das mais antigas estruturas rurais, num tempo de indecisa diferenciação entre o rural e o urbano.

Os procedimentos da geografia retrospectiva de que trata Roger Dion são, ou serão fecundos para o historiador. O estudo, por exemplo da História das Plantas que convivem com o homem, marcam suas civilizações, que se deslocam de áreas e recompõem novas paisagens e gêneros de vida.

Há que levantem-se, pelas vias próprias a essa esfera de indagações, as concepções, por assim dizer, apriorísticas de toda a composição das estruturas. Certas constantes. Como, por exemplo, a patrimonialidade da Coroa. Esta era a senhora de todas as terras a serem partilhadas, terras que a ela revertem, se inaproveitadas. Quem dá as terras? De onde lhe vem essa universalidade de domínio e êsse controle das atribuições de terra? Essas concepções fundamentais irrigam todas as estruturas que se notam, e estas só podem ser compreendidas a partir dessa consideração.

Isso leva à consideração de certos pressupostos institucionais.

Quem pode ter a terra? Quem não a pode ter? Razões legais, razões sociais. Bem individual, bem coletivo. Há que buscar as conexões sociais, as implicações necessárias, se considerarmos o liame entre o senhorio da terra e o status social de cada um. Aqui há lugar para procedimentos da metodologia sociológica. Para levantamentos e classificações. E mais confrontações entre a legislação e as realidades dadas. Entre princípios e práticas.

Para se definir contornos, áreas possuídas, dimensões há o recurso metodológico não só à terminologia com ajuda da linguística, mas em especial dos estudos de toponímia para, pela nomenclatura residual, reconstituírem-se realidades do passado da terra.

E ainda, e por último, há que considerar-se o problema das concepções e práticas do trabalho. Os processos de estudo da **História do Trabalho**. Inútil encarar sua relevância — ela é decisiva para a compreensão sobretudo dos problemas do uso da terra. O homem em ação plena de ataque ao domínio da terra, por via de certas maneiras de conceber o trabalho e de realizá-lo.

Da Profa. Maria Clara Rezende Teixeira Constantino:

Acentua os aspectos seguintes:

- 1 — o estudo em equipe. A colaboração dos dois autores não se resolveu numa sobreposição de dois trabalhos mas apresenta-se com tal integração que é um modelo da atuação em equipe. Isto anima tanto mais quanto se sabe que a ciência histórica exige, pela enorme vastidão do seu campo, a organização da equipe como instrumento indispensável de trabalho.
- 2 — a tendência globalizante que se verifica no planejamento e que é não só válido como indispensável a toda a abordagem do histórico;
- 3 — a valorização do método comparativo.

Nota, entretanto, que o planejamento feito para o estudo social e econômico no âmbito referido deveria incluir, a auscultação dos aspectos ideológicos, interrogando-se sobre o nível de interferência ou “desfazendo” destes em relação ao processo histórico em estudo.

Nota, também, a referência ao recurso à analogia para suprir a escassez documental para dada época. Deseja que este problema tivesse mais larga abordagem pela sua importância dado que se liga ao magno problema da compreensão em História. Contesta a legitimidade desta recorrência proposta ao presente, dado que a segunda situação histórica, sendo outra e de grande posteridade, contém um desenvolvimento de virtualidades que tornarão discutível o fundamento da analogia.

Manifesta ainda reserva quanto à colaboração proposta com a Sudene e organismos congêneres.

Teme as conseqüências de uma posição pragmatista em relação à História ciência. Ao longo do tempo, a historiografia ostentou formas diversas desta posição que se foram substituindo numa aparente progressiva superação. Mas era sempre o mesmo pragmatismo, quer na modalidade de servir a estratégias e políticos como se apresentou na Grécia, quer sob revestimentos de magistério moral como depois se fez em Roma. Hoje que estas modalidades se figuram anacrônicas, tentamos substituí-las — impele-nos a paixão do século — por formas de pragmatismo social.

Propõe ênfase na distinção entre a esfera do conhecimento e a da ação. É na primeira que a História, enquanto ciência, se elabora. Quando a transpomos para o segundo plano convertemo-la em técnica. O historiador, enquanto elabora a história, não ensina porque não é mestre, aprende porque interroga; não se preocupa com aplicar porque não é técnico, mas com explicar porque é investigador. Restituímos assim à História o seu valor de conhecimento.

Da Prof^a. Alice P. Canabrava:

Refere-se ao problema de certas formas de utilização da terra no Brasil colonial que, à primeira vista, podem parecer ao investigador mal avisado, revivescências feudais. São talvez revivescências de outras formas de posse, de ocupação da terra, de equipamento de trabalho, que são utilizados com um novo condicionamento histórico. Portanto, num condicionamento cultural. Fala ainda sobre a ocupação da terra ao lado das grandes propriedades. Geralmente se estuda apenas o grande senhor rural, o proprietário de engenho, o grande plantador de cana, mas existe por assim dizer uma outra humanidade, uma hierarquia econômica que se situa à sombra do grande engenho, que ocupa a terra de formas múltiplas e que também somos levados a entrever heranças de formas medievais. Discorre também sobre a instituição e a evolução das Donatárias.

Em relação às técnicas e uso do instrumental, lembra, ao lado de influências africanas e asiáticas, aquelas recebidas, no século XIX, através dos colonos americanos vindos da América do Norte.

Inicialmente, lembra como de extraordinária importância a pesquisa lingüística.

RESPOSTAS DO PROF. EREMILDO LUIZ VIANNA

Ao Prof. Pedro Freire Ribeiro:

Refere-se, em pormenorizada explicação, às idéias de “total espacial”, focalizando que este não abrange apenas a só categoria de cousas ou de pessoas. É sim o estudo de toda uma região. E não estuda apenas a vida de um grupo, mas de todos os grupos.

Ao Prof. José Ernesto Ballstäedt:

Esclarece os seus propósitos quando falou da necessidade do estudo das cartas de libertação das cidades. Sem documentos, como as cartas de libertação das cidades, não se poderá saber, por exemplo, se o regime que o colonizador trazia da Europa era o mesmo. Claro é que na América o sistema tinha que ser diferente. Era diferente.

A Prof^a. Olga Pantaleão:

Afirma que dentro dos limites impostos pelo Simpósio ao trabalho, estudou apenas os antecedentes medievais, mas isto não quer dizer que ignore ou não reconheça os demais, os da idade moderna por exemplo. Pelo contrário, ainda que de modo sucinto, referiu-se também a eles.

A Prof^a. Maria Clara R. T. Constantino:

Responde afirmando que não discutirá a respeito de “pragmatismo”, e que levantará duas questões apenas: 1.^a — Como se conheceria a composição das Câmaras Municipais medievais se não se partir do estudo de épocas posteriores ao século XII? 2.^a — Se não partirmos do estudo do presente, como conhecer instituições existentes ainda no Brasil, sobretudo no interior?

Quanto à objeção da SUDENE diz que não se trata do propósito de ditar-lhe regras, mas fornecer elementos históricos indispensáveis. Lembra Toynbee como “conselheiro histórico” do governo inglês durante a guerra. Seria pragmatismo dos ingleses, em valerem-se de estudos e orientação histórica evidentemente necessários?

Compreende a distinção entre **conhecimento** e **ação**, acha porém que o historiador não pode ser estático, ou seja um mero registrador.

Ao Prof. Eduardo d'Oliveira França:

Acha também que os levantamentos estatísticos são de importância capital, porém muito difíceis de serem realizados. Da mesma maneira, julga indispensável o uso das cartas geográficas, bem como indispensável é, na sua opinião, o estudo da paisagem.

A Prof^a. Alice P. Canabrava:

Diz que o seu trabalho foi feito tendo em vista levantar a problemática, a fim de que o Simpósio se ocupasse também com aspectos metodológicos. Citou na comunicação todos aqueles elementos que julgou indispensáveis no tocante ao conhecimento das tradições, não as mencionou porém. Disse que se poderiam fazer comparações, realizar levantamentos para se verificar as possíveis ou impossíveis identidades, ou mesmo verificar no Brasil aquilo que foi transmissão o que foi reminiscência, e o que não foi. Não apenas por dizer, mas para verificar se houve transmissão, e o que foi reação do homem vivendo em um novo meio.

RESPOSTAS DO PROF. GUY DE HOLLANDA:

Ao Prof. Pedro Freire Ribeiro:

A presente comunicação diz claramente “impõe-se a comparação sistemática”.

Ao Prof. Ernesto Ballstäedt:

Não houve europocentrismo porque em todo o processo da propriedade e uso da terra estava, na América, presente o índio espoliado ou escravizado, ainda que teóricamente livre. Quanto a Ots Capdequí observa que sua obra é muito teórica, não tomando em conta que o Direito Indiano aceitava freqüentemente os usos e costumes anteriores, bem como a resistência legal à lei considerada injusta.

Ao Prof. Herculano Torres Cruz:

Não vê bem como se faria a pesquisa com questionário.

A Prof^a. Maria Clara Constantino:

Reafirma, como o fez o Prof. Eremildo L. Vianna, a necessidade de que as pesquisas históricas contribuam para a solução dos problemas sociais, proporcionando aos estadistas as informações necessárias, o que não significa intervenção direta dos historiadores na política. Insiste na importância do conhecimento da metodologia das ciências sociais pelos historiadores, que podem recorrer, na falta de fontes históricas à observação direta das estruturas sociais e técnicas, que ainda permanecem essencialmente idênticas às de épocas passadas.

Ao Prof. Eduardo d'Oliveira França:

Lembra que, encarou-se a comparação de estruturas sócio-econômicas sincrônicas, entre as metrópoles e suas colônias, entre estas e outros países. Quanto à toponímia, seu interesse é real, embora menos importante do que para a Europa Medieval. Ao destacar a necessidade das pesquisas inter-disciplinares, ambos Autores da comunicação deixaram implícito o recurso a estudos como o da toponímia.

A Prof^a. Alice P. Canabrava:

A concisão da comunicação deu a impressão de que não se tomou em conta o papel das técnicas no processo histórico da propriedade e uso da terra. Quanto às influências decorrentes da vinda ao Brasil de sulistas dos EE.UU., depois da Guerra de Secessão, citado pela Professora como exemplo da influência de grupos de imigração, engendra-se nas influências externas apontadas pelos Autores da comunicação.

Finalmente:

Chama a atenção para a importância do estudo da história das idéias em relação ao processo histórico da propriedade e do uso da terra.